



PARECER Nº 84 / 2025 - CMPM-PA

PROCESSO DE COMPRA Nº 36 / 2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25 / 2025

I. RELATÓRIO

Trata-se de parecer jurídico ao **Processo de Compra nº 36/2025 – Dispensa de Licitação nº 25/2025** – cujo objeto é a *contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de extintores de incêndio, incluindo recarga, inspeção em mangueiras para combate a incêndio, testes hidrostáticos, substituição de peças e acessórios e mão de obra adequada*, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência às **fls. 27/36**.

A Divisão de Compras e Gestão de Contratos remete a esta Procuradoria o processo de contratação por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, “inciso II”, da Lei nº 14.133/2021, para a análise prévia dos aspectos jurídicos conforme a legislação específica.

II. FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a Divisão de Compras e Gestão de Contratos e a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade dos atos administrativos praticados no processo de compra, conforme estabelece o artigo 53, §4º, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

(...)

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

(...)

O §5º do mesmo dispositivo legal autoriza, entretanto, a dispensa de análise jurídica em hipóteses previamente definidas em ato do Procurador-Geral da Câmara Municipal:

§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

Nesse sentido, insta ressaltar a publicação da **Orientação Jurídica nº 001, de 17 de fevereiro de 2025** que “dispensa a análise jurídica dos processos de contratação de pequeno valor, no âmbito da Câmara Municipal de Pará de Minas”.

Os artigos 1º e 2º da referida Orientação Jurídica assim dispõem:

Art. 1º. Fica dispensada a análise jurídica dos processos de contratação de pequeno valor, no âmbito da Câmara Municipal de Pará de Minas, nos seguintes casos:

I - para as contratações por dispensa de licitação nas hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021; e

II - para as contratações por inexigibilidade de licitação de que trata o art. 74 da Lei nº 14.133/2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 2º. A dispensa de análise jurídica de que trata o art. 1º não se aplica às contratações em que houver a formalização de contrato administrativo, ressalvadas aquelas em que utilizada minuta padronizada pela Procuradoria; ou quando suscitada dúvida acerca da legalidade do procedimento de contratação direta. [Destacamos]

No caso, faz-se necessária a respectiva análise jurídica, ainda que se trate de dispensa de licitação pelo valor, uma vez que haverá formalização de contrato administrativo e, até o presente momento, não foi estabelecida formalmente minuta padronizada pela Procuradoria.

Cumprir registrar que o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Nesses termos, o Acórdão nº 186/2010 do TCU (Plenário):

O parecer da assessoria jurídica constitui um controle sob o prisma da legalidade, isto é, a opinião emitida atesta que o procedimento respeitou todas as exigências legais. O parecerista jurídico não tem competência para imiscuir-se nas questões eminentemente técnicas do edital.

Em relação a esses outros aspectos envolvidos, eventuais apontamentos decorrem da sobreposição com questões jurídicas, nos moldes do disposto no Enunciado nº 07 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:



A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

O Tribunal de Contas da União, no Acórdão 2503/2024, entendeu que a desconsideração pelo gestor das recomendações feitas no parecer jurídico deve ser motivada:

RESPONSABILIDADE. CULPA. ERRO GROSSEIRO. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO. PARECER JURÍDICO. DESCONSIDERAÇÃO. PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO. Para fins de responsabilização perante o TCU, a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, as recomendações constantes do parecer da consultoria jurídica acerca do processo licitatório configuram erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lindb). (Acórdão 2503/2024 - TCU - Segunda Câmara, Pedido de Reexame, Relator Ministro Aroldo Cedraz)

Ressalte-se, ainda, que a análise em comento toma por base os documentos e informações constantes dos autos concernentes ao presente processo de compra até o momento, haja vista a presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos e das informações prestadas pelos servidores públicos envolvidos.

Após a emissão do parecer prévio e conclusivo, os autos somente devem retornar à Procuradoria em caso de dúvida jurídica específica, sendo dispensável a apreciação do procedimento concluído.

Anotamos, por oportuno, que é ainda recente a jurisprudência dos Tribunais acerca da nova legislação (Lei nº 14.133/2021), de maneira que ainda podem ser utilizados conceitos, institutos e decisões relativas à Lei nº 8.666/93, que foram incorporados à Lei nº 14.133/2021.

Passamos a análise.

III. ANÁLISE JURÍDICA

1) Da Verificação Preliminar

O art. 19 da Lei nº 14.133/2021 prevê que os órgãos competentes da Administração devem instituir mecanismos e ferramentas voltadas ao gerenciamento de atividades de administração de materiais, obras e serviços. Desse modo, é preciso que a fase de planejamento das contratações realizadas pela Câmara Municipal esteja alinhada às exigências da nova lei de licitações, por iniciativa dos setores e servidores que detêm competências regulamentares para tanto.

O regime jurídico licitatório instituído pela Lei nº 14.133/2021 exaltou a importância do **planejamento** ao lhe dar mais destaque na fase preparatória da contratação, de forma a facilitar o gestor a dirimir dúvidas quanto à aplicação dos ditames legais, para escolher a melhor alternativa possível, inclusive a elevá-lo ao *status* de princípio licitatório conforme consta do art. 5º da lei.

A fase preparatória do processo de compra no novo diploma legal é caracterizada pelo planejamento da contratação, devendo compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual (PCA) de que trata o inciso VII do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, além de abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que pode interferir na contratação, conforme previsto no *caput* do art. 18.

No caso, a presente contratação foi devidamente contemplada no PCA do órgão, elaborado para o exercício de 2025, conforme justificativa contida no **item 3** do Estudo Técnico Preliminar (fls. 07-verso).

2) Da adequação da Dispensa de Licitação e da instrução processual

Da análise dos autos, vislumbra-se que a presente contratação direta se encontra fundamentada no *inciso II* da Lei 14.133/2021, que dispensa a licitação “para a contratação



que envolva valores inferiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)¹, no caso de outros serviços e compras", tendo sido, pois, toda a instrução processual voltada para a dispensa pelo valor para *outros* serviços comuns.

Ocorre que, conforme descrito pela área técnica na "Descrição dos Requisitos da Contratação", ainda que de forma tímida no **item 4** do ETP (**fls. 07-verso/08**), a contratação em tela tem por fundamento legal o disposto no art. 2º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, qual seja: "**obras e serviços de arquitetura e engenharia**".

Mais especificamente, percebe-se que se trata de **serviços comuns de engenharia** (vide **item 2.5** do Termo de Referência, às **fls. 27-verso**), exigindo-se que a empresa contratada possua em seu quadro de profissionais um engenheiro ou um arquiteto, devidamente registrado no Conselho de Classe respectivo (**itens 4.4 e 7.2.4** do TR).

O art. 6º da Lei nº 14.133/2021, em seu inciso XXI, conceitua serviço de engenharia nos seguintes termos:

Art. 6º. Para fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como **privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados**, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea "a" deste inciso;

(...)

Assim sendo, **denota-se que a presente contratação direta deveria ter sido enquadrada no inciso I do art. 75**, que dispõe sobre a dispensa de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia que envolvam valores inferiores a R\$100.000,00 (cem mil

¹ Conforme a última atualização, feita pelo Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, o valor estabelecido para o art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, é de **R\$ 62.725,59** (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

109v



reais)², com a instrução processual voltada para serviços de engenharia.

É perfeitamente possível a realização de dispensa pelo valor para contratação que se pretende, uma vez que houve a demonstração de atendimento ao limite de dispensa, de modo a evitar o fracionamento irregular de despesa, conforme se depreende da Análise Prévia do Processo de Compras, às **fls. 23/26**, atendendo-se ao disposto no §1º do próprio art. 75 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 75. (...)

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

*I - o somatório do que for despendido **no exercício financeiro** pela respectiva unidade gestora;*

*II - o somatório da despesa realizada com **objetos de mesma natureza**, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no **mesmo ramo de atividade**.*
[Destacamos]

No entanto, conforme dito, a instrução processual não observou o regramento específico para as contratações de “obras e serviços de engenharia”, notadamente em relação à pesquisa de preço, que foi realizada com base no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa Federal SEGES/ME nº 65/2021, que tratam sobre o valor estimado para a aquisição de bens e contratação de **serviços em geral**, excluindo-se daí os serviços de engenharia, conforme consta explicitamente no §1º do art. 1º da Instrução:

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

§ 1º O disposto nesta Instrução Normativa não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia. [Destacamos]

Cumpre mencionar que, em que pese a previsão acima descrita, a supramencionada instrução prevê, no §4º do art. 7º, a possibilidade de que, na hipótese de dispensa de licitação com base **nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133**, a estimativa de preços poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa. Ou seja, a própria Instrução Normativa prediz acerca da utilização do normativo também para os casos de obras e serviços de engenharia, em algumas hipóteses.

² Conforme a última atualização, feita pelo Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, o valor estabelecido para o art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, é de **R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos)**.



Contudo, vale ressaltar a existência de instrução normativa específica para a pesquisa de preços nas contratações de obras e serviços de engenharia, qual seja, a **IN SEGES/ME nº 91/2022**, que “estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional”.

Assim reza o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, vejamos:

***Art. 23.** O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.*

(...)

***§ 2º** No processo licitatório **para contratação de obras e serviços de engenharia**, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de **Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)** de referência e dos **Encargos Sociais (ES)** cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros **na seguinte ordem**:*

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada¹, de tabela de referência² formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos³ especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

O regulamento de que trata o §2º acima citado ainda não foi concluído no âmbito interno desta Casa Legislativa, estando, contudo, em fase de elaboração. No entanto, nos termos do **Ato da Mesa Diretora nº 01/2024**, que disciplina, no âmbito da Câmara Municipal de Pará de Minas, a aplicabilidade dos regulamentos federais nos procedimentos licitatórios, auxiliares e contratações, pode-se utilizar, no que couber, e desde que previsto expressamente nos autos, a **IN SEGES/ME nº 91/2022 supramencionada**, que, por sua vez, autoriza a aplicação do **Decreto Federal nº 7.983/2013**.

110v



Cumprе destacar de antemão de que as regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia diferem sobremaneira da pesquisa de preço para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, tendo em vista que necessitam de uma metodologia diferenciada, que atenda às particularidades dessas contratações.

Ressalta-se que o art. 23, §2º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o valor estimado **deve estar acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES)** cabíveis, além de que este valor será definido utilizando-se uma **ordem de precedência** entre os parâmetros ali definidos, priorizando uso do Sinapi e do Sicro, conforme o caso, e assim por diante, com a devida motivação.

Esses mesmos critérios de precificação serão aplicáveis às hipóteses de contratação direta, sendo que **somente** na impossibilidade de seu emprego, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até um ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo (§ 4º do art. 23).

Convém salientar que a pesquisa direta com fornecedores somente é permitida, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.983/2013, no caso de inviabilidade da definição dos custos nas tabelas de custos oficiais. Vejamos:

Art. 3º O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

Parágrafo único. O Sinapi deverá ser mantido pela Caixa Econômica Federal - CEF, segundo definições técnicas de engenharia da CEF e de pesquisa de preço realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 4º O custo global de referência dos serviços e obras de infraestrutura de transportes será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais aos seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema de Custos Referenciais de Obras - Sicro, cuja manutenção e divulgação caberá ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de infraestrutura de transportes.

Art. 5º O disposto nos arts. 3º e 4º não impede que os órgãos e entidades da administração pública federal desenvolvam novos sistemas de referência de



custos, desde que demonstrem sua necessidade por meio de justificativa técnica e os submetam à aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Parágrafo único. Os novos sistemas de referência de custos somente serão aplicáveis no caso de incompatibilidade de adoção dos sistemas referidos nos arts. 3º e 4º, incorporando-se às suas composições de custo unitário os custos de insumos constantes do Sinapi e Sicro.

Art. 6º Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado. [Destacamos]

Ou seja, a pesquisa direta com fornecedores não pode substituir os preços constantes das tabelas oficiais de custos (Sicro e Sinapi), nos casos em que os itens pesquisados sejam contemplados por tais tabelas, o que deve restar muito bem justificado nos autos.

Além disso, nas contratações de obras e serviços de engenharia é essencial a “apresentação de orçamento analítico, com a discriminação dos itens que compõem o BDI, de modo a permitir a aferição dos percentuais utilizados como base para a estipulação da taxa total e a comparação dos preços apresentados pelas licitantes”³. Afinal, os *benefícios e despesas indiretas* (BDI), a despeito de não implicarem oneração direta da execução contratual, contemplam a remuneração da empresa e suas despesas indiretas, isto é, garantia, risco e seguros, despesas financeiras, administração central e tributos, tratando-se de “um percentual que, aplicado sobre o custo da contratação eleva-o ao preço final dos serviços.

Lembramos também que, como regra, o projeto executivo é obrigatório para a realização de obras e serviços de engenharia (art. 46, §1º da Lei nº 14.133/2021). Todavia, o §3º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 prevê a exceção de dispensa da elaboração de projetos executivos, com especificação do objeto apenas em projeto básico ou em termo de referência, desde que demonstrado no Estudo Técnico Preliminar a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, o que não houve no presente caso, de forma que deixou de constar no processo documento essencial, qual seja, projeto executivo.

Importante, ainda, observar os artigos 45 e 46 da Lei nº 14.133/2021, que tratam especificamente sobre procedimento em obras e serviços de engenharia em sua fase preparatória.

3) Da autotutela da Administração para anular ou revogar seus próprios atos

A autotutela é o poder que a Administração Pública goza para anular ou revogar seus atos administrativos, quando estes se apresentarem, respectivamente, ilegais ou contrários à

³ Acórdão no 1.802/2011 do TCU - Plenário (BRASIL, 2011).

conveniência ou à oportunidade administrativa. Vale destacar que tanto nos casos de revogação, quanto nos casos de anulação, é desnecessária a intervenção do Poder Judiciário, podendo, ambas serem realizadas por meio de outro ato administrativo autoexecutável.

O Supremo Tribunal Federal (STF) há muito tempo consolidou sua jurisprudência no sentido de que a Administração Pública tem o poder de rever os seus próprios atos quando eles se revestem de nulidades ou quando se tornam inconvenientes e desinteressantes para o interesse público. Em função da longevidade da pacificação desse entendimento, essa matéria já foi até mesmo sumulada:

*A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos. (STF, Súmula nº 346, Sessão Plenária de 13.12.1963). A Administração pode **anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos**; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. (STF, Súmula nº 473, Sessão Plenária de 03.12.1969) [Destacamos]*

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG)⁴, da mesma forma, entende que a Administração pode rever seus atos, de ofício, por meio da prerrogativa da autotutela, anulando-os, quando ilegais, ou revogando-os, em juízo de conveniência e oportunidade.

Assim, em consequência do princípio da autotutela administrativa, a Administração deve zelar pela legalidade de seus atos e pela adequação destes ao interesse público. Sendo verificado que estes atos contêm ilegalidades, poderá anulá-los de ofício, ou então, concluindo-se no sentido da inoportunidade e inconveniência, poderá revogá-los.

Em resumo, a autotutela é a emanção do princípio da legalidade e, como tal, impõe à Administração Pública o dever, e não a mera prerrogativa, de zelar pela regularidade de sua atuação (dever de vigilância), ainda que para tanto não tenha sido provocada.

A Lei nº 14.133/2021, por sua vez, é clara ao preconizar a possibilidade de revogação ou anulação da licitação ou da contratação direta, conforme preceitua em seu art. 71:

***Art. 71.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:*

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

⁴ TCE-MG - Processo 1164247 – Denúncia. Rel. Cons. Agostinho Patrus. Deliberado em 3/9/2024. Publicado no DOC em 21/10/2024.



III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

§ 1º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 3º Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 4º O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e aos procedimentos auxiliares da licitação. [Destacamos]

No presente caso, em nosso entendimento, os atos processuais estão em desconformidade com o ordenamento jurídico e comprometem o fim pretendido. Conforme explicado no tópico acima, não houve a correta aplicação da lei ao caso concreto, sendo, portanto, caso de **anulação** do procedimento, devendo os atos serem refeitos em consonância ao que preceitua a Lei nº 14.133/2021, naquilo que tange aos serviços de engenharia, sobretudo no que diz respeito à pesquisa de preços.

Percebe-se que a não observância às regras específicas aos casos de obras e serviços de engenharia, especialmente no que se refere à definição do valor estimado, põe em xeque todo o procedimento, inclusive as propostas encaminhadas pelos interessados, tratando-se, pois, de ilegalidade insanável, que macula todos os atos subsequentes.

Ainda, ao nosso ver, é necessário refazer os atos desde os estudos técnicos preliminares, que carecem de motivações e requisitos necessários para o caso em tela (serviço comum de engenharia), não sendo possível a convalidação. Acreditamos que a confusão na fundamentação do procedimento (inciso II do art. 75 ao invés de inciso I), decorre desde o ETP, quiçá do DFD, que não destacou de forma mais específica e abrangente tratar a contratação de serviços comuns de engenharia, o que acabou levando a erro os atos subsequentes, sem, contudo, haver culpa ou dolo de agentes.

Isso posto, **recomendamos** que seja **anulada** a contratação direta em tela, abrindo-se novo procedimento de compra com fundamento no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 (caso mantenha-se a contratação direta).

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Quanto ao desfazimento do processo de compra, **recomendamos** também que seja assegurada a **prévia manifestação** dos interessados, nos termos do §3º do art. 71 acima descrito, ainda que a compra direta não tenha sido homologada.

O direito ao contraditório e à ampla defesa tem fundamento constitucional (CF, art. 5º, LV), e consiste no direito dos participantes de se oporem ao desfazimento do processo de compra antes que decisão nesse sentido seja tomada.

Assim sendo, **sugerimos** que seja comunicado aos participantes a intenção da Administração de anular a contratação direta, oferecendo-lhes a oportunidade, no prazo razoável que lhes assinalar, de defender a manutenção do procedimento, procurando demonstrar que não cabe o desfazimento, antes da decisão ser tomada.


É importante mencionar também que, conforme aduz o § 1º do art. 71 acima disposto, o Termo de Anulação deve ser motivado, indicando expressamente os atos com vícios insanáveis, consoante aqui exposto, demonstrando a ilegalidade do procedimento, o que de forma direta torna sem efeito todos os atos subsequentes que deles dependam

IV - CONCLUSÃO

Diante do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de conveniência e oportunidade, **opinamos** pela **anulação** do Processo de Compra nº 36/2025 – Dispensa nº 25/2025, tendo em vista a não observância dos corretos dispositivos legais aplicáveis aos casos de serviços de engenharia.

É o parecer que se submete à consideração superior.

Pará de Minas, 28 de abril de 2025.


Sheila Bastos Gomes
Procuradora Adjunta

Aprovo o parecer.

Restituam-se os autos à Divisão de Compras e Gestão de Contratos.


Evandro Rafael Silva
Procurador Geral